



PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural

ISSN: 1695-7121

info@pasosonline.org

Universidad de La Laguna
España

Anico, Marta

Políticas da cultura em Portugal e Espanha

PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 7, núm. 1, enero, 2009, pp. 57-71

Universidad de La Laguna

El Sauzal (Tenerife), España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88111633005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Políticas da cultura em Portugal e Espanha

Marta Anicoⁱⁱ

Universidade Técnica de Lisboa (Portugal)

Resumo: Este artigo incide sobre as políticas culturais, um âmbito que articula dois conceitos centrais das ciências sociais: cultura e poder. Apesar do retraimento do investimento nas políticas sociais dos Estados, a análise do campo da cultura revela a sua crescente penetração nos contextos nacionais e cenários internacionais. São múltiplas as razões apontadas para justificar a intervenção pública dos Estados, partindo sobretudo da existência de uma necessidade colectiva que resulta na produção de discursos sobre a cultura enquanto bem público, que contribui para o progresso e coesão e desenvolvimento integral dos cidadãos. A premissa de que a cultura constitui um factor de união situado no cerne do desenvolvimento humano é, pois, recorrente, conforme ilustra a análise dos casos português e espanhol.

Palavras-chave: Cultura; Poder; Políticas culturais; Portugal; Espanha.

Abstract: This paper discusses the subject of cultural politics, combining two key concepts for the social sciences: culture and power. Despite the decrease in the public investment in social politics, the analysis of the cultural field reveals an increase in its presence in both national and international spheres. There are many reasons that account for the public intervention of states in culture, which are mainly concerned with the assumption that it is a collective good that should be shared and accessed by all citizens. This results in the production of social and political discourses concerning the benefits of culture regarding social cohesion, development and progress, as shown by this analysis of the cultural politics of both Portugal and Spain.

Keywords: Culture; Power; Cultural politics; Portugal; Spain.

ⁱⁱ • Marta Anico. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade Técnica de Lisboa). E-mail: manico@iscsp.utl.pt

Poder e cultura. Génese dos estudos de políticas culturais

A temática das políticas culturais articula dois conceitos fundamentais para as ciências sociais, a saber, cultura e poder. A formalização desta relação entre cultura e poder reporta-se em termos históricos ao século XVII, período em que a cultura emerge na esfera pública e se inscreve no quotidiano das populações, à medida que se reconhece as suas potencialidades transformadoras e reformadoras, enquanto mecanismo de controlo e regulação social (Bennett, 1998). No entanto, as suas origens são mais recuadas já que, ao longo da história, o desejo de acumular, expressar e exercer o poder tem marcado presença em todas as sociedades e, neste contexto, a cultura apresenta-se como um recurso particularmente eficaz no cumprimento deste propósito. Com efeito, se recuarmos à antiguidade clássica iremos encontrar inúmeros exemplos de sacerdotes, príncipes e chefes militares que utilizavam os seus “tesouros” com uma finalidade propagandística, de objectificação de poder, geralmente associada à conquista e dominação de outros povos.¹ Os objectos transformavam-se, assim, em símbolos de poder político, militar, ideológico e social, marcadores de distinção entre aqueles que detinham a sua propriedade e exibiam as suas riquezas privadas na esfera pública e a restante população, de quem se esperava uma atitude de reverência, subordinação e admiração, perante os objectos e os seus proprietários.²

Este artigo pretende, pois, debruçar-se sobre as qualidades intrínsecas da cultura, mas antes reflectir sobre as relações entre cultura e poder, bem como sobre os significados que as políticas culturais nos revelam acerca das sociedades e dos actores responsáveis pela sua definição, execução e avaliação. A cultura, enquanto processo social, resulta da interacção entre diversos grupos sociais e actores individuais e, como tal, é moldada pelas relações de poder que operam nas sociedades em função dos interesses dominantes em cada momento e em cada formação social. Neste sentido, o poder configura-se como um elemento incontornável na interpretação das

políticas, das práticas e dos produtos culturais (Baldwin *et al.*, 2004).

O poder encontra-se presente em todos os níveis e dimensões das relações sociais, por vezes sob a forma de uma força coerciva mas, em muitas ocasiões, emerge de um modo bastante mais subtil, consentido e consensualizado. Assim sendo, dada a natureza processual da cultura e o seu papel na articulação dos elementos que formam parte das formações sociais, a cultura, na sua dimensão relacional e negocial surge inevitavelmente vinculada ao poder (Barker, 2000).

Não sendo o nosso propósito debater o conceito de cultura, não poderíamos deixar de mencionar que as reflexões em torno deste conceito revelam a sua extraordinária complexidade, uma complexidade que se traduz na multiplicidade de significados que lhe têm sido atribuídos ao longo da história e que Raymond Williams (1963) procurou sistematizar em três categorias fundamentais: i) definições de cultura referentes ao domínio das artes e das actividades artísticas; ii) a cultura entendida na sua acepção antropológica, enquanto modo de vida; e, finalmente, iii) a cultura enquanto processo de desenvolvimento, de crescimento, de transformação das capacidades de indivíduos e de grupos sociais.

Tendo percorrido um longo caminho desde a antiguidade clássica a que fizemos referência anteriormente, a cultura deixou, por isso, de ser entendida como um património ou um direito exclusivo de determinadas elites sociais. A cultura generalizou-se, e é hoje encarada como um instrumento de intercâmbio, de aprendizagem, de progresso e de conhecimento de si mesmo e do *Outro*. Por outro lado, a articulação de conceitos como cultura e desenvolvimento, cultura e poder, cultura e economia, bem como o estabelecimento de relações de interdependência a nível supranacional entre Estados e organizações são alguns dos factores que contribuíram para a transformação dos debates e as reflexões sobre a cultura em algo prioritário nas agendas das sociedades contemporâneas, não só no âmbito académico mas, também, na esfera política.

Do ponto de vista da análise social e cultural, como qualquer outra produção humana, as políticas culturais revelam importantes pistas acerca das condições históricas, sociais, económicas e ideológicas em que são produzidas, e fornecem informações pertinentes sobre os aspectos que, em cada momento, são mais valorizados pelos diferentes grupos sociais. Neste sentido, as políticas culturais definidas e formalizadas pelos Estados têm registado transformações significativas nos últimos anos. Assim, para além dos objectivos clássicos de defesa e protecção do património e da memória colectiva, as políticas culturais têm vindo a incorporar muitos outros propósitos relacionados com a promoção e a expressão artística, com a integração e coesão social ou o respeito pela criatividade e diversidade cultural.³

Por outro lado, os espaços e os âmbitos de intervenção dos agentes culturais ampliaram-se e surgiram novos desafios e oportunidades em áreas como as novas tecnologias, o direito, a fiscalidade, a participação do sector privado, para citar apenas alguns exemplos. A própria complexidade do sector da cultura, cada vez maior, e a diversidade de instrumentos e mecanismos de implementação das políticas culturais, aliadas às crescentes exigências no sentido da articulação de necessidades e interesses das múltiplas comunidades que coexistem nas sociedades contemporâneas, evidenciam as mudanças operadas neste domínio da intervenção pública.

Neste contexto, os próprios paradigmas relacionados com as políticas culturais, sobretudo no que concerne às perspectivas baseadas nas teorias da distinção (Bourdieu, 1984[1978]), foram objecto de revisões críticas no plano teórico, concomitantes com as próprias mudanças operadas na contemporaneidade associadas a fenómenos como a globalização, a crise do modelo político do Estado-Nação e do modelo assistencialista do Estado-Providência, a fragmentação política, o reordenamento geopolítico mundial, o aparecimento de novos movimentos sociais, a crescente ênfase nas filiações locais e regionais, entre muitos outros.

Consequentemente, entramos na esfera da produção e circulação de discursos

políticos fundados sobre a reificação e mitificação da cultura enquanto bem público, um bem público que contribui para o progresso e coesão social, para a formação, educação e desenvolvimento integral dos cidadãos, essencial para garantir os princípios e os valores dos Estados democráticos como a liberdade, a justiça ou a igualdade. Neste cenário, a intermediação surge como o espaço político natural para o Estado que, mediante a formulação de políticas culturais e através da sua intervenção e relação com instituições e agentes, que produzem e administram a forma e os conteúdos dos produtos culturais (museus, bibliotecas, centros culturais, fundações, teatros, etc.), interfere quer na esfera da produção, quer na esfera do consumo.

A intervenção pública no sector cultural parte, portanto, da assumpção da existência de uma necessidade colectiva à qual o Estado deve dar resposta, o que pressupõe, simultaneamente, a construção e a veiculação de um discurso legitimador dessa mesma intervenção, baseado na enunciação das suas vantagens, de modo a justificar as opções tomadas por cada Estado e por cada Governo. A cultura, as suas produções, manifestações e expressões contribuem, por isso, com importantes elementos para a governação relacionadas com o tipo de valor que lhe é reconhecido pelas sociedades. Com efeito, a cultura encerra não só um valor económico, se tivermos em consideração as suas potencialidades em termos da criação de emprego, da comercialização de produtos, ou da promoção do turismo cultural, como também apresenta um valor estético, um valor espiritual, um valor histórico, um valor simbólico e um valor social. Sempre que falamos de cultura falamos, necessariamente, em algo simbólico e os estudos sobre políticas culturais não podem ignorar esta dimensão.

Assim, ao mesmo tempo que persiste a noção de que existem falhas no mercado que só o Estado pode corrigir e de que a cultura funciona como um elemento que pode potenciar e atrair outras actividades económicas, por outro lado prevalece a ideia de que a cultura apresenta uma natureza simbólica, imaterial e que a relevância dos seus benefícios sociais que requer a

intervenção do sector público (Henriques, 2002). Esta ideia surge directamente vinculada à noção de que a cultura é um bem público, partilhado por um colectivo social, que cria benefícios para um conjunto amplo e diversificado de actores. Nesta óptica, a cultura apresenta-se como um bem gerador de importantes benefícios sociais que escapam às regras de funcionamento do mercado, na medida em que a utilidade de que se reveste para um indivíduo não diminui o benefício retirado por todos os outros. A cultura é, portanto, algo que pertence a todos, da qual todos. É qualquer coisa a que todos devem poder aceder, participar e beneficiar em igualdade de condições, cabendo ao Estado, através da sua intervenção pública, assegurar esse princípio de igualdade.

Neste sentido, a política cultural pode ser entendida como um conjunto estruturado de intervenções protagonizadas por um ou vários organismos públicos na vida cultural, de forma a satisfazer as necessidades culturais dos cidadãos, mediante a utilização dos recursos disponíveis numa sociedade, num dado momento (Fernández, 1991). Ao abordar a temática das políticas públicas da cultura estamos, pois, a referir-nos a um conjunto de estratégias que são definidas e implementadas pelos Estados com o propósito de estabelecer uma relação entre os cidadãos e a cultura. Mas mais importante do que fomentar o acesso e o consumo, são as possibilidades que estas estratégias possam oferecer no sentido da participação destes mesmos cidadãos nos mecanismos de decisão e da sua intervenção na concretização das responsabilidades sociais dos Estados, quer seja através de um envolvimento directo nos processos de produção, distribuição, promoção e consumo cultural, quer seja de forma mais indirecta, noutros domínios de participação cívica na vida social e política das sociedades.

Estas considerações fundamentam-se no potencial simbólico da cultura, entendida enquanto conjunto de valores e conhecimentos partilhados pela sociedade (Geertz, 1973) que, ao fomentar a união, a partilha e o sentimento de pertença a um colectivo, promove diferentes níveis de coesão social e, deste modo, contribui entre

outras coisas para a continuidade e sustentabilidade dos valores políticos e culturais sobre os quais assenta o Estado democrático, associados a um ideal de sociedade que se pretende fomentar no presente e projectar para futuro. Este ideal corresponde a uma imagem associada a valores de justiça, igualdade e progresso, profundamente influenciados pelos ideais humanistas da Ilustração, segundo os quais a formação, a educação e o desenvolvimento individual se configuram como pilares fundamentais para garantir o desenvolvimento integral das sociedades, e que continuam a influenciar as políticas culturais dos Estados na contemporaneidade.

A presença da cultura no exercício da governação dos Estados é uma matéria que tem sido amplamente analisada por Tony Bennet (1992, 1998), tendo por base as contribuições teóricas de Michel Foucault (1979, 1980) no que se refere à temática da governamentalidade, entendida como o conjunto de práticas, instituições e sistemas de classificação que permitem inculcar nas populações determinados valores, crenças, competências, hábitos e formas de conduta. De acordo com esta abordagem, a cultura seria integrante das tecnologias de poder que caracterizam as sociedades modernas e que permitem organizar e moldar a vida social e as acções dos indivíduos, produzindo configurações de poder/conhecimento específicas, que exercem um efeito reformador, civilizador e regulador das populações a que se reportam.

Esta é uma visão partilhada pelos teóricos da Escola de Frankfurt, nomeadamente por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1979), que sustentam que os produtos culturais que aparentemente se apresentam como democráticos, individualistas e diversificados, e que correspondem às chamadas indústrias culturais são, na realidade, autoritários, massificados e altamente estandardizados. Como tal, a aparente democratização potenciada pela cultura não passa, na opinião destes autores, de uma ilusão à qual os cidadãos não podem escapar e que acaba por estruturar o pensamento, estimular o conformismo e produzir reacções, que podem ser antecipadas e

controladas pelos grupos detentores do poder. Não só se trata de uma visão bastante pessimista, determinista e monolítica da cultura, que rejeita as possibilidades processuais de criação e interpretação de significados que caracterizam as teorizações culturais mais recentes (Hall, 1997), como também não se apresenta adequada às características das sociedades contemporâneas, com a sua fragmentação, heterogeneidade, segmentação e diversidade.

Consideramos, por isso, que pese embora a participação do Estado e de outros grupos de poder na definição e implementação das políticas culturais, não podemos considerar que se trata de um processo de imposição de valores, crenças e comportamentos numa perspectiva *top-down*, à qual se sucede uma reacção, seja ela de aceitação, consensualização ou, pelo contrário, de contestação, num sentido *bottom-up* e numa lógica de acção-reacção. Obviamente que a cultura é sempre política e é sempre ideológica, na medida em que traduz um conjunto de relações de poder e muitas vezes “naturaliza” a ordem social e os valores culturais vigentes, mas tal não acontece de uma forma meramente hegemónica e impositiva, sendo antes fruto de um processo negocial. Como tudo o que se prende com a cultura, as políticas culturais configuram-se como um campo processual, simultaneamente constitutivo e expressivo, no qual circulam práticas e representações que se retro-alimentam e influenciam reciprocamente, e onde participam múltiplos actores, com interesses muito diversificados.

Não obstante, a premissa de que a cultura se configura como um factor de união, integração e coesão, situado no cerne do desenvolvimento humano, é recorrente nos vários âmbitos das políticas culturais definidas pelos Estados. Por outro lado, e num cenário global de interpenetração de fluxos e de processos económicos, comunicacionais e migratórios, a cultura tem sido chamada a desempenhar um papel fundamental na criação de novos espaços geopolíticos e na criação de plataformas internacionais e transnacionais de participação, que operam como canais de comunicação e de intercâmbio de experiências e de conhecimentos.

Origens e percursos das políticas culturais em Portugal e Espanha

A participação das instituições de poder no domínio da cultura, designadamente no que concerne ao Estado, apresenta um longo percurso histórico, com origens e sentidos partilhados em diferentes contextos nacionais. Nos casos de Portugal e Espanha, as primeiras responsabilidades e medidas políticas assumidas pelo Estado no domínio das artes e da cultura remetem-nos para a criação de instituições culturais e artísticas públicas, como bibliotecas, teatros e museus, equipamentos que começam a surgir a partir do século XVII, um pouco por toda a Europa, e se expandem com maior intensidade já no século XVIII.

No estudo da relação entre cultura e poder, em geral, e na análise das políticas culturais, em particular, a Ilustração configura-se como uma referência histórica incontornável. O decréscimo da influência exercida pela Igreja na sociedade e a consequente laicização do Estado, juntamente com a criação de instituições como museus, bibliotecas e academias, e a promoção de valores associados a uma cultura clássica datam, precisamente, deste período, igualmente marcado pela crescente assumpção de responsabilidades por parte dos Estados ao nível da protecção do património histórico e cultural de cada país, e que se traduziram na publicação de leis e regulamentos de protecção de ruínas, edifícios e monumentos, bem como na adopção de medidas relacionadas com a inventariação e conservação do património. Assim, e apesar das diferenças e singularidades próprias de cada contexto nacional, reflectidas na implementação de diferentes estratégias ao nível da concretização e da implementação das primeiras iniciativas em matéria de política cultural, os exemplos aqui mencionados evidenciam o progressivo envolvimento dos Estados neste sector.

Mas para além da partilha destes antecedentes históricos mais recuados, as semelhanças observadas entre os casos português e espanhol na actualidade revelam uma considerável proximidade, quer em termos das concepções, quer em

termos dos mecanismos de implementação dos modelos de políticas culturais, que poderá estar relacionada com a história recente de ambos os países. Portugal e Espanha viveram sob regimes políticos ditatoriais durante grande parte do século XX, caracterizados por uma política cultural fortemente centralista e centralizadora, definida e organizada de forma a celebrar as expressões e os valores culturais tradicionais respectivos. Em ambos os casos, assistiu-se à implementação de instrumentos políticos de planificação centralizados, destinados a controlar as actividades e manifestações artísticas e culturais, bem como à difusão de uma concepção estética formalizada no sentido da reprodução na esfera pública dos valores ideológicos que norteavam os regimes políticos de António de Oliveira Salazar e de Francisco Franco.

A própria história contemporânea revela igualmente pontos de convergência. Salvaguardadas as devidas diferenças, uma vez que em Portugal a transição democrática se processou para um regime republicano (1974) e em Espanha para uma monarquia parlamentar (1975), ambos os processos de mudança de regime político decorreram praticamente em paralelo, tal como a publicação dos respectivos textos constitucionais (1976, em Portugal e 1978 em Espanha). A esta alteração dos regimes políticos seguiu-se um outro acontecimento com um profundo impacto nos dois Estados: a adesão conjunta à União Europeia (1986), cujas implicações vieram reforçar ainda mais as semelhanças já existentes entre os dois países. Como tal, no que diz respeito aos modelos e objectivos genéricos da política cultural seguida pelos dois Estados, e não obstante as diferenças decorrentes da existência de modelos administrativos e territoriais diferenciados, podemos considerar que as semelhanças prevalecem sobre as diferenças, num quadro global que se caracteriza pela convergência e proximidade.

Em termos organizativos e administrativos, as realidades dos dois países são bastante diferenciadas. Enquanto que Portugal dispõe de uma organização centrada em torno do Estado, concentrando grande parte dos recursos humanos e financeiros na Administração

Central, que distribui competências e meios pela Administração Regional e, sobretudo, pela Administração Local, o modelo espanhol é um modelo concorrencial no que se refere às competências em matéria de cultura, que resulta numa dispersão de recursos, meios e iniciativas entre os diferentes níveis de administração do Estado, a saber, o nível central, o autonómico e o municipal.

Enquanto que em Espanha o nível administrativo e político das Comunidades Autónomas assumiu um forte protagonismo, conferindo às políticas culturais um enfoque territorial, em Portugal persiste um modelo concentrado a nível nacional, com uma relativa homogeneidade territorial (ainda que os casos das cidades de Lisboa e Porto possam ser considerados excepcionais), embora simultaneamente considerado descentralizado, quer em termos de investimento, quer em termos da atribuição de competências. No caso português, pese embora a Administração Local, designadamente as Autarquias, desempenhem um papel incontornável no campo da cultura, o panorama é bastante diferente do observado no caso espanhol. Na medida em que não existe, em termos administrativos e territoriais, um nível equivalente às Comunidades Autónomas e aos respectivos Estatutos de Autonomia, o modelo de descentralização da administração cultural do Estado português apresenta diferenças consideráveis em relação ao modelo espanhol.

Observadas estas diferenças, podemos classificar o caso espanhol como um modelo regionalista, e o caso português como um modelo de política cultural descentralizada, cuja definição e implementação visa alcançar propósitos de descentralização, democratização e formação de públicos. Não se trata, contudo, como sucede no caso espanhol, de uma transferência de competências jurídicas da Administração Central para as Comunidades Autónomas, mas antes de uma descentralização cultural que se concretiza na atribuição de algumas responsabilidades aos municípios, sobretudo em áreas tradicionais como o património, e com particular destaque para a criação e manutenção de museus

municipais, mas também nos domínios das bibliotecas, da formação ou da dinamização cultural. Neste contexto, as redes de equipamentos e actividades culturais, que incluem a Rede de Leitura Pública, a Rede de Teatros, a Rede de Museus e a Rede de Arquivos, configuram-se como um exemplo de descentralização da vida cultural no qual participam o Estado, as Autarquias e os concessionários privados, responsáveis pela manutenção e funcionamento destes equipamentos culturais. Outra das diferenças entre ambos os modelos prende-se com a existência das Delegações Regionais de Cultura, organismos públicos que fazem parte da orgânica do Ministério da Cultura português, que procuram assegurar a homogeneidade da administração das políticas do Estado para o sector cultural em todo o território nacional e que não têm correspondência no caso espanhol.

Contudo, se nos posicionarmos numa outra perspectiva de análise, verificamos que as semelhanças entre ambos os países são bastante expressivas. O recurso à criação de um Ministério da Cultura na sequência da instauração da democracia, a centralidade conferida ao património, a prevalência da oferta sobre a procura, o valor do financiamento público da cultura (com a atribuição de 1% do PIB a este sector), a produção legislativa em áreas como a protecção do património ou os direitos de autor, o apoio à produção cinematográfica, os planos nacionais de leitura, os incentivos à criação artística e literária, os investimentos na construção de grandes equipamentos e projectos culturais (ex: Casa da Música, ampliações do Museu do Prado e do Centro de Arte Reina Sofia), bem como as dificuldades de articulação entre os diferentes campos e níveis de actuação, e de coordenação entre o sector público e o sector privado, são alguns dos indicadores de proximidade entre as políticas culturais adoptadas por Portugal e Espanha nas últimas décadas. Claro que, o simples facto de se observarem estas convergências não deve ser interpretado como um sinónimo de uniformidade ou homogeneidade destas políticas, uma vez que a forma como estas são implementadas e concretizadas no terreno conduz a divergências significativas entre os dois

países.

Mas as similitudes entre estes dois contextos de análise prosseguem igualmente a um outro nível, que se prende com a própria estrutura organizacional do Ministério da Cultura, e com o facto de, em ambos os casos, se observar uma descontinuidade em termos da inclusão deste Ministério nas legislaturas dos vários governos que se sucederam no poder nas últimas décadas. Com efeito, quer em Portugal, quer em Espanha, o Ministério da Cultura engloba sob a mesma direcção subsectores com trajectórias e lógicas de actuação muito diferenciadas, como podem ser os casos do cinema, do teatro, ou do património. E não só as trajectórias e lógicas denotam diferenças significativas, como a própria representação pública e as práticas de relação entre cada um destes sectores e o Estado oscilam bastante. Esta diversidade de campos, que caracteriza a esfera cultural dos dois países, dificulta enormemente a definição de uma política cultural coerente e de objectivos comuns, conduzindo à identificação de propósitos generalistas e de carácter mais abstracto, como sejam, a democratização e o desenvolvimento cultural, a igualdade de oportunidades de acesso, a participação da sociedade civil e do sector privado, entre outros.

Por outro lado, a criação de um Ministério da Cultura não significa que a cultura e a acção cultural se restrinjam à esfera de intervenção exclusiva deste organismo. Assim, e embora estejamos perante uma administração integrada da cultura, na medida em que existe uma instituição claramente dominante em termos de definição e implementação da política cultural nos dois países, existem múltiplos domínios de intervenção que se processam fora do âmbito do Ministério que tutela este sector mas que, não obstante, se cruzam e complementam as políticas culturais formalizadas pelos Estados através de um ministério com competências específicas neste sector. Podemos apontar como exemplos paradigmáticos as relações culturais internacionais, que em ambos os países se concretizam através da acção desenvolvida por outros ministérios, como sejam, o Ministério de Negócios Estrangeiros (em Portugal) e o Ministério

de Assuntos Exteriores e Cooperação (em Espanha), bem como a educação artística e a formação de públicos escolares, que remetem para o envolvimento dos Ministérios de Educação, que constituem alguns dos exemplos mais evidentes desta articulação e da transversalidade da cultura.⁴

Políticas da cultura em Portugal e Espanha. Desafios e oportunidades da cultura no espaço ibérico

Um dos principais desafios que se colocam no campo da cultura em Portugal e Espanha prende-se com a necessidade de articular os objectivos e os interesses de diferentes actores. Contudo, conciliar a oferta e a procura, a necessidade de obter uma rentabilidade económica e o pressuposto dos benefícios sociais inerentes a este campo nem sempre é fácil e produz, muitas vezes, a coexistência de dinâmicas contraditórias. Um dos exemplos mais claros destas incoerências remete para a persistente adopção por parte dos Estados de um modelo de política cultural em que prevalece um entendimento da cultura enquanto bem colectivo, que produz benefícios extensíveis a toda a população e que, como tal, que deve ser gerido e tutelado pelo Estado, de modo a garantir a igualdade no acesso e a participação de todos os cidadãos. Mas, ao mesmo tempo, são implementadas medidas de outra natureza, que visam estimular a participação da sociedade civil e do sector privado, com o propósito de promover a diversificação e fomentar a profissionalização do sector e, não raras vezes, alcançar um resultado económico positivo.

Apesar de se observar uma tendência no sentido da contenção das despesas públicas e do incentivo aos privados no financiamento e na oferta de cultura, não existem indicadores objectivos que apontem para uma retirada do Estado, conducente a uma total privatização da cultura, como sucede noutros contextos nacionais, designadamente nos países anglo-saxónicos. No entanto, é expectável que esta tendência de continuidade da participação pública no campo da cultura, associada a um modelo intervencionista de

política cultural, venha a registar alterações significativas num futuro mais ou menos imediato. Neste sentido, podemos antecipar uma mudança no modelo intervencionista adoptado pelos Estados de Portugal e Espanha, exigida pelas transformações operadas na economia e na sociedade à escala global, às quais os Estados não podem permanecer alheios. Mais do que uma mudança radical, o que se perspectiva é, então, uma adaptação das políticas culturais de Portugal e Espanha aos condicionalismos e circunstâncias particulares de cada momento.

Como tal, a partilha de responsabilidades entre o sector público e o sector privado e a racionalização das opções e prioridades deverão constituir, a curto prazo, dois dos princípios orientadores das políticas culturais no espaço ibérico, sem que no entanto se processem alterações substanciais em termos do modelo e do volume de financiamento público da cultura. De salientar que, no que diz respeito ao modelo de financiamento da cultura, pese embora a existência de alguns matizes introduzidos por uma presença mais significativa do sector privado no caso espanhol, designadamente através do patrocínio, do mecenato e do protagonismo de algumas fundações privadas, o peso da acção dos Estados a este nível constitui outro indicador da proximidade e das semelhanças partilhadas entre as políticas da cultura de Portugal e Espanha.

Por outro lado, os últimos anos têm revelado uma crescente exigência dos cidadãos em relação à transparência dos processos políticos e à eficácia das medidas implementadas pelos Estados sendo que, no caso específico das políticas culturais, as dificuldades de gestão inerentes à transversalidade da cultura e à sua consequente presença em diversos âmbitos das políticas sectoriais dos governos tornam ainda mais difícil a avaliação dos processos e da eficácia das medidas adoptadas. Neste cenário de desafios e oportunidades, em que se reconhece e se assume publicamente a importância da cultura nos mais diversos domínios da acção governativa, nem sempre foram desenvolvidos esforços no sentido de debater e reflectir sobre o significado desta presença, quer seja ao nível da acção pública dos Estados, quer

seja ao nível dos organismos internacionais, uma situação que coloca dificuldades e entraves à definição de estratégias coerentes e à estruturação de medidas e acções no âmbito das políticas culturais.

Quer no caso português, quer no caso espanhol, estamos perante um modelo de política cultural claramente intervencionista, que pode ser inclusivamente caracterizado como assistencialista no que se refere a alguns sectores específicos do campo da cultura. Trata-se de um modelo inspirado numa acepção de cultura enquanto recurso, enquanto bem colectivo, cujas qualidades intrínsecas contribuem para o desenvolvimento, crescimento e transformação de indivíduos e grupos sociais. A intervenção pública no sector da cultura deriva, portanto, da assumpção de uma necessidade colectiva à qual o Estado deve dar resposta, uma resposta que emerge sob a forma de um conjunto estruturado de intervenções protagonizadas por organismos públicos ainda que, em alguns casos, essa intervenção se concretize em colaboração com o sector privado e a sociedade civil.

Deste modo, e partindo deste princípio teórico subjacente à definição das políticas culturais em muitos estados europeus (Portugal, Espanha, França, Itália), no que diz respeito à definição de prioridades e objectivos das políticas culturais, observa-se uma aposta de ambos os países nos domínios clássicos de intervenção dos Estados na esfera da cultura e que se prendem com as áreas do património, da criação, da descentralização e democratização. Com efeito, as preocupações em torno da defesa, conservação e valorização do património, o investimento em acções de apoio à criação e a adopção de medidas encaminhadas para a descentralização de equipamentos e da oferta cultural, visando favorecer o acesso e a participação do maior número possível de cidadãos, constituem os eixos estratégicos definidores das políticas culturais no espaço ibérico na actualidade.

Paralelamente, o investimento na promoção e projecção internacional das culturas nacionais, o apoio à valorização e qualificação dos equipamentos, dos profissionais e da programação de acções

concretas, a mobilização do sector privado, a crescente introdução de critérios comerciais na gestão pública da cultura, a produção e revisão da legislação específica para os diferentes sectores da cultura, o respeito pela criatividade e diversidade, bem como a inclusão da dimensão cultural nos diversos campos da actuação dos governos, constituem outras das apostas das políticas culturais dos Estados de Portugal e Espanha, que não só revelam uma ampliação dos espaços e âmbitos de intervenção das políticas da cultura, como também denotam a convergência dos modelos adoptados por estes dois contextos políticos e nacionais.

As semelhanças prosseguem, ainda, ao nível dos mecanismos e processos inerentes à definição das políticas culturais, bem como no plano das estruturas públicas com responsabilidades neste campo. Como já aqui foi mencionado, quer em Portugal, quer em Espanha, os governos optaram pela criação de um organismo público, um Ministério, responsável pela definição e implementação de uma política cultural global e coordenada a nível nacional. No entanto, o Ministério da Cultura não é o único organismo público com competências neste campo. Por um lado, existem claros indicadores da transversalidade da cultura e da sua consequente inclusão noutros domínios da política governativa dos Estados, com particular destaque para áreas como a política externa, a política educativa, a política económica ou a política social. Por outro, a cultura está também presente nos diferentes níveis da administração pública, o que pressupõe uma partilha de responsabilidades e uma distribuição de competências que é, no entanto, muito mais visível e significativa no caso espanhol do que no caso português.

Apesar de em Portugal existirem, tal como Espanha, três níveis administrativos, o protagonismo da Administração Central tem sido absoluto no que se refere à definição da política cultural nacional, provocando um desequilíbrio territorial em termos de processos administrativos e políticos, concentrados e centralizados na capital do país e na estrutura organizacional do Ministério da Cultura. As competências da Administração Regional e Local são, pois, bastante reduzidas e a

descentralização de órgãos do Estado é ainda incipiente. O caso da Administração Local, sendo paradigmático em termos do papel desempenhado ao nível da oferta de programação cultural e da criação e gestão de equipamentos, revela alguma dispersão e desarticulação relacionadas com a influência exercida por lógicas político-eleitoralistas e pelos condicionalismos e circunstâncias que caracterizam cada contexto particular, pese embora tenham assumido um papel incontornável no campo da cultura, desde a instauração da democracia em Portugal, e, muito concretamente, desde a publicação da lei das autarquias em 1979 que estabelece as suas competências e responsabilidades.

Em Espanha são também três os níveis da administração pública do Estado (Administração Central, Administração Autónoma e Administração Local), mas as diferenças em relação ao caso português são substanciais. Assim sendo, se a política cultural a nível nacional se enquadra na esfera de competências do respectivo Ministério (cujo reduzido número de estruturas administrativas é revelador do entendimento do Estado espanhol em relação à administração pública da cultura), as Comunidades Autónomas emergem como entidades político-territoriais com competências específicas e, em alguns casos, exclusivas, na definição de políticas regionais, entre as quais se incluem as políticas culturais. Deste modo, a análise do caso espanhol revela a existência de uma transferência de competências jurídicas da Administração Central para as Comunidades Autónomas, consagrada quer pela Constituição, quer pelos Estatutos de Autonomia das Comunidades, que explica o facto de existirem diversas políticas culturais dentro do Estado espanhol, tantas quantas as Comunidades, que evidenciam assimetrias regionais consideráveis, relacionadas com a influência exercida por variáveis como o grau de definição cultural e linguístico, os recursos disponíveis ou os conteúdos específicos dos respectivos Estatutos de Autonomia que determinam os âmbitos das competências de cada Comunidade. É claro que o Estado, a Administração Central, manteve algumas responsabilidades exclusivas, no que

concerne, por exemplo, à protecção do património nacional, à produção legislativa em sectores específicos da esfera da cultura, ou no domínio das liberdades de criação e expressão. Mas, em muitas outras áreas, o protagonismo dos processos e das decisões cabe, em definitivo, às Comunidades.

A este propósito parece-nos interessante salientar que são, precisamente, as Comunidades culturalmente mais diferenciadas, as que mais investiram na definição de políticas culturais regionais, um investimento que se traduziu na criação de departamentos com competências exclusivas sobre a cultura, enquanto que nas restantes Comunidades a cultura foi integrada em departamentos mistos, juntamente com áreas como a educação ou o desporto. Em qualquer dos casos, a definição e implementação de políticas culturais regionais passa, fundamentalmente, pela aposta em sectores como a protecção do património, o fomento e promoção das culturas locais, pelas questões linguísticas, (no caso das comunidades com línguas co-oficiais), bem como pela articulação entre as políticas culturais, as políticas educativas e de informação a nível autonómico.

A administração pública da cultura em Espanha passa ainda por um terceiro nível, o da Administração Local. Os municípios espanhóis, à semelhança do que sucede no caso português, assumem responsabilidades na gestão e implementação de políticas culturais de âmbito local, criando para este efeito departamentos e fundações públicas especificamente vocacionadas para a gestão dos assuntos culturais locais. Os patronatos de cultura e as fundações locais são, neste contexto particular, as estruturas responsáveis pela promoção e fomento da cultura a nível local, uma acção que se traduz na dinamização dos equipamentos e na oferta de uma programação cultural, quase sempre em articulação com as dinâmicas criadas pelo tecido associativo local.

Mas a cultura não só se configura como um âmbito específico da acção governativa dos Estados de Portugal e Espanha, concretizado na definição de políticas culturais de âmbito nacional, regional ou

local, como também constitui uma dimensão transversal a diversos domínios de actuação pública, emergindo como uma ferramenta particularmente útil para a criação de instrumentos que permitam responder aos desafios e oportunidades suscitadas pelas novas realidades políticas, sociais e culturais que caracterizam as sociedades portuguesa e espanhola. Neste sentido, a adopção de medidas destinadas a promover o pluralismo e a representação da diversidade cultural, o apoio a diferentes formas de expressão cultural, o recurso às novas tecnologias de informação e comunicação, a diversificação e especialização legislativa, a aposta na cultura para a promoção do diálogo e cooperação internacional, a valorização das identidades culturais nacionais e regionais, e a promoção exterior destas mesmas identidades são apenas alguns dos exemplos das iniciativas adoptadas pelos Estados em resposta às transformações operadas nas respectivas sociedades, e que obviamente reflectem os cenários observados à escala mundial.

Podemos então constatar que a cultura se encontra presente aos mais diversos níveis das agendas políticas nacionais e, também, internacionais. Com efeito, a cultura não só constitui um sector de intervenção autónomo, como se articula com outras políticas sectoriais dos Estados, para além de se configurar como o objecto central de diversos organismos e instituições internacionais e fazer parte dos processos de negociação bilaterais e multilaterais que decorrem nos cenários mundiais. No que concerne a esta dimensão específica da cultura, podemos considerar que se configura, simultaneamente, como um elemento de oportunidade e desafio, mas também pode constituir um obstáculo ou um entrave para o diálogo e a cooperação internacional. É precisamente por esta razão que os Estados de Portugal e Espanha têm vindo a apostar na política cultural externa e no reforço das relações culturais internacionais, quer seja através dos canais de comunicação e cooperação institucionais (participação em fóruns, programas e projectos internacionais), quer seja mediante a criação de uma imagem, de uma representação nacional, fortemente associada à cultura e à identidade cultural,

com o propósito de consolidar o posicionamento e influência de ambos os países nos contextos internacionais.⁵

A participação de Portugal e Espanha em organizações internacionais, como a UNESCO,⁶ o Conselho da Europa,⁷ a União Europeia, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa ou a Organização de Estados Ibero-americanos, a realização de iniciativas como a celebração de acordos culturais com outros Estados,⁸ a criação de redes de centros culturais no exterior,⁹ ou a inclusão da esfera cultural nas políticas de cooperação e desenvolvimento,¹⁰ constituem alguns exemplos das estratégias adoptadas por ambos os países para a concretização das respectivas políticas culturais externas, bem como para o desenvolvimento das potencialidades da cultura no quadro de uma política global destinada a promover a diversidade, apoiar a criatividade e estimular a criação de um sentimento de pertença a colectivos mais alargados.

Assim sendo, e depois de uma primeira fase em que a participação dos Estados nos organismos internacionais se traduzia na mera ratificação de resoluções e recomendações, no presente, a sua colaboração é muito mais activa e expressiva, e concretiza-se aos mais diversos níveis e em diversas iniciativas que se prendem com o desenvolvimento de conceitos e a produção de instrumentos normativos padronizados, mas que também englobam uma vertente mais prática, relacionada com a assistência técnica e a implementação de projectos e programas específicos, para além da realização de investigações sobre temáticas culturais, bem como estudos de prospectiva e avaliação.

No que diz respeito especificamente à União Europeia, pese embora a definição de uma política cultural comunitária ter sido bastante tardia na história desta instituição, a cultura configura-se hoje como uma dimensão fundamental para a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável no espaço europeu. Assim sendo, e a partir do momento em que a cultura foi formalmente assumida como um dos sectores sob a responsabilidade política da EU,¹¹ foram criados diversos mecanismos de apoio à implementação de projectos nesta área. As

possibilidades oferecidas pelos financiamentos disponibilizados através dos fundos estruturais e regionais, e pela posterior criação de programas sectoriais e programas-quadro para a cultura,¹² permitiram que Portugal e a Espanha tivessem investido na qualificação e diversificação do sector. O crescimento do número de candidaturas e o alargamento dos âmbitos a que se reportam os projectos apresentados por estes países reflecte, precisamente, o reconhecimento por parte dos Estados e da sociedade civil em relação às oportunidades oferecidas por estes programas para a concretização dos objectivos das respectivas políticas culturais nacionais.

Por outro lado, existem claros indicadores de uma aposta e reforço da cooperação cultural bilateral entre os dois países. A celebração de acordos culturais entre Portugal e Espanha,¹³ a inclusão da vertente cultural nas reuniões celebradas ao mais alto nível, de que são exemplo as cimeiras luso-espanholas, e a apresentação de candidaturas conjuntas a programas europeus, constituem algumas das iniciativas protagonizadas por estes Estados que contribuem para estreitar laços e fomentar o conhecimento mútuo das culturas que se encontram presentes nas sociedades portuguesa e espanhola e que, como sabemos, são cada vez mais plurais e diversificadas, em consonância com a heterogeneidade e fragmentação que caracteriza o contexto mais vasto das sociedades contemporâneas.

Posto isto, podemos concluir que a cultura se apresenta como uma área de investimento político fundamental que nenhum governo pode ignorar. As crescentes exigências dos cidadãos em relação ao desempenho dos Estados, confrontados com a necessidade de responder às transformações sociais, políticas, económicas e, também, culturais, operadas no âmbito dos seus limites territoriais, bem como nos espaços simbólicos mais alargados em que se inserem, transformaram a cultura num recurso e num instrumento utilizado para alcançar propósitos relacionados com a união, a coesão ou a identificação com novos espaços e referentes. Contudo, face aos desafios e oportunidades que se

colocam, as dificuldades surgem relacionadas, sobretudo, com a transição de um plano discursivo para um nível pragmático, de implementação de medidas e de acções concretas que, muitas vezes, se processam sem a prévia definição de um plano ou de uma estratégia global e concertada no domínio das políticas culturais.

A necessidade de combater esta representação das políticas da cultura como políticas que denotam uma falta de articulação entre os diferentes sectores culturais, entre os diferentes níveis da administração pública, entre os diferentes âmbitos de intervenção das políticas públicas, entre o sector público e o sector privado constitui, simultaneamente, uma oportunidade e uma dificuldade. Assim sendo, consideramos que o principal desafio que se coloca no âmbito da cultura no espaço ibérico, se prende com a necessidade de definir um conjunto de objectivos, estratégias e programas que envolvam e estimulem a participação dos diferentes actores que protagonizam os processos e as dinâmicas culturais. Aliás, se esta preocupação não estiver presente no momento da definição das políticas culturais, corre-se o risco de uma total desarticulação entre as propostas dos Estados e as características e necessidades das sociedades, com consequências óbvias ao nível da concretização das medidas que são propostas.

Não obstante estas ameaças e dificuldades, podemos assinalar com algum optimismo, o facto de existirem sinais de abertura a este tipo de abordagem. Parece-nos, por isso, legítimo considerar que se perspectiva uma aposta de ambos os governos na continuidade do investimento ao nível dos mecanismos formais de determinação das políticas culturais nacionais mas, também, uma crescente tendência para a criação das condições necessárias para o incremento da presença e participação da sociedade civil nos processos de definição e, sobretudo, implementação das políticas culturais. Só assim será possível cumprir com os objectivos tradicionais das políticas da cultura, de desenvolvimento, crescimento e transformação de indivíduos e grupos sociais, que se encontram no cerne do

modelo de política cultural adoptado pelos Estados de Portugal e Espanha.

Bibliografia

- Adorno, Theodor y Horkheimer, Max
1979 *Dialectic of enlightenment*, London: Verso.
- Alonso Fernández, Luís
1999. *Museología y museografía*, Barcelona., Ediciones del Serbal.
- Baldwin, Elaine *et al.*
2004 *Introducing cultural studies*, Harlow: Prentice Hall.
- Barker, Chris
2000 *Cultural studies. Theory and practice*, London: Sage.
- Bennet, Tony
1992 "Putting policy into cultural studies". En Grossberg, Lawrence *et al.* (Eds.) *Cultural Studies*, (pp 23-37), London: Routledge.
- Bennet, Tony
1998 *Culture. A reformer's science*, London: Sage.
- Bonet, Lluís *et al.*
1992 *La política cultural en España ante el proceso de integración europea*, Madrid: Ministerio de Cultura.
- Bonet, Lluís
1999 "La politique culturelle en Espagne: évolution et enjeux", *Pôle Sud*, 10: 58-74.
- Bourdieu, Pierre
1984[1978] *Distinction. A social critique of the judgment of taste*, Cambridge: Harvard University Press.
- Coelho, Eduardo P.
1999 "La politique culturelle portugaise depuis la révolution démocratique", *Pôle Sud*, 10: 45-57.
- Dubois, Valérie
1999 *La politique culturelle. Genèse d'une catégorie d'intervention publique*, Paris: Belin.
- Fernández Prado, Enrique
1991 *La política cultural: qué es y para que sirve*, Gijón: Trea.
- Foucault, Michel
1979 "Governmentality", *Ideology and Consciousness*, 6: 5-21.
- Foucault, Michel
1980 *Power/Knowledge*, Brighton: Harvester.
- Fumaroli, Marc
1991 *L'Etat culturel. Essai sur une religion*

- moderne*, Paris: Fallois.
- Geertz, Clifford
1973 *The interpretation of cultures*, New York: Basic Books.
- Hall, Stuart
1997 "Introduction". En Hall, Stuart (Ed.) *Representation. Cultural representations and signifying practices*, (pp. 1-12), London: Sage/Open University.
- Henriques, E.
2002 "Novos desafios e orientações das políticas culturais: tendências das democracias desenvolvidas e especificidades do caso português", *Finisterra*, 37 (73): 61-80.
- Nivón, Eduardo
2006 *La política cultural. Temas, problemas, oportunidades*, México: Intersecciones.
- Rubio Aróstegui, J. Arturo
2003 *La política cultural del Estado en los gobiernos socialistas: 1982-1996*, Gijón: Trea.
- Santos, Maria de Lourdes
1998 *As políticas culturais em Portugal*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Urfalino, Pierre
1996 *L'invention de la politique culturelle*, Paris: La Documentation Française.
- Williams, Raymond
1963 *Culture and society*, Harmondsworth: Penguin.

NOTAS

¹ Alonso Fernández (1999) refere, a este propósito, a exibição do saque protagonizado pelos Elenitas na Babilónia, no século XII a.C., e a exposição de troféus bélicos na cidade de Assur, no século IX a.C. Em Roma, regressar de uma batalha sem o respectivo saque era interpretado como uma privação de um património cultural crescente, que conduziria à perda de prestígio e estatuto social, que apenas poderia ser assegurado e salvaguardado mediante a exposição de objectos trazidos dos cenários de batalha.

² Para além dos troféus de guerra, os elementos das classes dominantes investiam igualmente nas suas próprias bibliotecas e pinacotecas, contribuindo para a emergência dos primeiros especialistas em arte, com a missão de produzir réplicas de obras originais e, ao mesmo tempo, orientar o gosto dos colecionadores, numa sociedade cada vez mais ávida de arte, dando início não só à reprodução de obras de arte, mas também às reconstruções de cenários e paisagens culturais

³ As crescentes preocupações com as questões da igualdade de género e com a integração de minorias étnicas constitui um exemplo do alargamento do âmbito de actuação das políticas culturais.

⁴ Os exemplos de articulação e transversalidade não se esgotam nestes exemplos e se estendem aos domínios do ambiente, das tecnologias, da segurança social, do turismo e do emprego, entre outros.

⁵ O contributo a este nível do Instituto Espanhol de Comércio Exterior e do Instituto de Comércio Externo Português não podem ser ignorados. No caso espanhol podemos ainda destacar a acção da Sociedade Estatal para a Acção Cultural Exterior, uma instituição pública criada pelo Conselho de Ministros (2000), com o propósito de organizar exposições internacionais itinerantes, que contribuam para a projecção da imagem do país no exterior vinculada à representação da história de Espanha, passada e presente.

⁶ Criada em 1946 no âmbito da ONU, a UNESCO é uma organização internacional que tem por objectivo de contribuir para a paz e a segurança no mundo através da promoção da colaboração entre as nações, nos domínios da educação, ciência, cultura e comunicação, com o propósito de fomentar o respeito pelos direitos humanos, pela justiça e pelas liberdades fundamentais, na qual participam os estados de Portugal e Espanha.

⁷ Sedeado em Estrasburgo, o Conselho de Europa foi criado em 1949 com o propósito de unir os países do continente europeu sob os princípios da democracia política. No que se refere especificamente à cultura, o órgão responsável por esta área é o Comité da Cultura, através do Secretariado da Divisão de Acção e Política Cultural, que coordena e põe em prática as actividades propostas neste domínio, com recurso a metodologias de trabalho inter-governamentais. Desde a sua criação que o património tem sido a área de intervenção privilegiada por este organismo através de iniciativas como as Jornadas Europeias do Património ou os Itinerários Culturais Europeus.

⁸ Em Espanha, a concretização de uma política cultural exterior de cooperação cultural e científica com diferentes países, situados em diferentes regiões geopolíticas, passa ainda pela acção desenvolvida por instituições como a Fundação Euroárabe (1995), A Fundação Carolina (2000), a Casa da América (1992), Casa Ásia (2001), Casa África (2006), ou Casa Sefarad-Israel (2007).

⁹ Refira-se a este propósito o papel desempenhado por organismos como o Instituto Camões e o Instituto Cervantes. Criado em 1992, o Instituto Camões contribui para a divulgação da língua e cultura portuguesa, desenvolvendo a sua actividade sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e em estreita articulação com os Ministérios da Cultura, da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Beneficiando de uma rede de centros culturais criados no âmbito das representações diplomáticas, bem como de leitores de língua e cultura portuguesa, o Instituto Camões participa igualmente na negociação de acordos culturais, de programas de cooperação, no estabelecimento de parcerias, bem como na concessão de bolsas, subsídios e apoios, na produção de edições e materiais de divulgação e no apoio à promoção de

diferentes formas de expressão artística e cultural, estimulando e apoiando a presença de artistas e criadores em mostras e eventos internacionais. Do mesmo modo, o Instituto Cervantes (criado em 1991) contribui para a promoção da língua e cultura espanhola no exterior. Inspirado em modelos de sucesso como o British Council ou o Institut Français, e com uma forte presença no continente europeu, o Instituto Cervantes concentra a sua actividade não só no ensino da língua e nos serviços de documentação e biblioteca, mas também na organização de uma programação cultural diversificada, destinada a promover a riqueza e a vitalidade da cultura espanhola no exterior.

¹⁰ Para além da acção desenvolvida pelo Ministério da Cultura, o Ministério que mais tem contribuído para a definição de uma política cultural externa é o MAEC, através da Sub Direcção Geral de Programas e Acordos Culturais e Científicos, no âmbito da Secretaria de Estado da Cooperação Internacional, e da Direcção-Geral de Relações Culturais e Científicas, na dependência da Agência Espanhola de Cooperação Internacional. Responsável pela política de cooperação internacional, plasmada no Plano Director da Cooperação Espanhola 2005-2008, a AECI incorpora a cultura nas suas competências e âmbitos de intervenção, quer enquanto sector em si mesmo, quer numa perspectiva transversal, assinalando a importância da sua presença no conjunto diversificado das actuações que desenvolve. Em Portugal, esta acção concretiza-se, sobretudo através da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, organismo criado em 1996 que constitui um fórum privilegiado para a concertação política e diplomática e para a cooperação em domínios que incluem a educação, a ciência e tecnologia, ou a comunicação social. De salientar que no ano em que se celebraram os seus 10 anos de existência, a programação cultural ocupou um papel de destaque nas comemorações oficiais, com a apresentação de diversas exposições, conferências, festivais, feiras do livro, prémios, etc.

¹¹ O Tratado de Roma (1957) que instituiu a criação da UE não continha qualquer capítulo ou parágrafo referente ao campo da política cultural europeia, existindo apenas uma breve alusão, no seu preâmbulo, ao seu papel enquanto “elemento unificador dos povos” e “motor de desenvolvimento sócio-económico”. Foi necessário esperar quase quatro décadas para que em 1992, com o Tratado de Maastricht, a cultura obtivesse finalmente uma base jurídica e se transformou numa esfera de intervenção e numa competência comunitária, com a inclusão do artigo 128º (151º).

¹² A crescente importância da cultura na esfera de competências da UE tornou-se particularmente visível a partir do momento em que as acções neste sector deixaram de ser apoiadas no quadro dos fundos estruturais (1994-1999) e passaram a ser objecto de programas específicos para os diferentes campos da cultura, como foram os casos dos programas Rafael, Ariane e Caleidoscópio. No entanto, as acções desenvolvidas pelos vários programas eram dispersas, descoordenadas e com um volume de financiamento insuficiente para os objectivos que pretendiam alcançar. Em face desta situação, a política comunitária no

domínio da cultura foi objecto de uma revisão que resultou no primeiro Programa-Quadro para a Cultura, Cultura 2000 (2000-2006), que agrupava os anteriores programas num único quadro de referência para o sector. O novo Programa quadro segue a mesma lógica e compreende o período 2007-2013.

13 O Acordo Cultural entre Portugal e Espanha, assinado pelos governos de ambos os países em 1970, destinado a regulamentar as relações culturais e científicas entre os dois Estados, reconhecia a necessidade de fortalecer os laços de união e a cooperação ibérica. Para a prossecução destes objectivos genéricos, cada país comprometia-se a favorecer o conhecimento da cultura do outro Estado no seu território, um compromisso que se mantém ainda hoje vigente. Com efeito, a Reunião de Alto Nível Espanha-Portugal, celebrada em 2004, e a posterior reunião entre as Ministras da Cultura em exercício no ano de 2005, resultaram na definição de um Programa de Cooperação Cultural que contempla a implementação de um conjunto de medidas destinadas a fomentar e reforçar as relações culturais ibéricas, de modo a consolidar a relação de cooperação que remonta ao acordo celebrado em 1970. Entre as iniciativas mais emblemáticas que foram propostas no âmbito do actual programa de colaboração encontra-se a celebração do ano de Espanha em Portugal (2006) e do ano de Portugal em Espanha (2007).

Recibido: 4 de mayo de 2008

Reenviado: 30 de octubre de 2008

Aceptado: 21 de diciembre de 2008

Sometido a evaluación por pares anónimos